

## PRODUÇÃO DO HISTÓRICO: POR QUE DESTA E NÃO DE OUTRA FORMA?

*Maria Cecília Bonini Trenche*

FONOAUDIÓLOGA, PROFESSORA ASSISTENTE, MESTRE PELA PUC-SP

### Resumo

A produção de um texto da história da vida de pessoas que supostamente apresentam problemas de linguagem implica em questões metodológicas que freqüentemente são reduzidas à perspectiva da simples escolha de uma determinada técnica. O presente artigo pretende introduzir uma discussão sobre as implicações que um ponto de vista teórico (produção de sentidos) determina na escolha destas técnicas.

### Abstract

*The production of a text of the history of persons' life who supposedly present problems of language implies in methodological questions often reduced to a perspective of simple choice of the data collecting techniques. The present article intends to introduce a discussion about the implications that a theoretical way view (production of meanings) determines the choice of those techniques.*

**Algumas considerações sobre a relação: técnicas de coletas de dados/métodos de investigação na tentativa da elaboração de um texto sobre a história de vida de indivíduos com queixas de problemas de linguagem.**

Numa perspectiva clínica, o fonoaudiólogo trabalha com pessoas, cujos problemas apresentados requerem um conhecimento aprofundado das condições a partir das quais os mesmos possam ser gerados.

Para conhecer o(s) problema(s), o profissional constrói, com base num conjunto de técnicas de coletas de dados, um texto inicial sobre a história de vida da pessoa que solicitou seus cuidados.

A construção deste texto inicial é a tentativa de delimitar o tema da investigação e estudo no trabalho que se propõe realizar.

Conversando, perguntando, ouvindo, o profissional vai organizando os informes sobre os quais trabalhará. Habitualmente, quando o sujeito sobre o qual se procede a investigação é uma criança, os pais ou responsáveis podem responder mais prontamente a questões referentes à história de vida destes, o que não exclui de modo algum a necessidade de se conhecer o modo como a criança representa o mundo a si mesma. Quando é adulto, estando em condições, em geral, o próprio sujeito é o informante.

Esta fase inicial da pesquisa, em que o profissional procura tornar para si o mais explícito possível o que pesquisará, o porquê e o que pode ser possível realizar para atingir o melhor resultado na investigação, requer considerações sobre a formação do fonoaudiólogo.

Relativo à elaboração do texto da história de vida que se pretende construir, chamou-me a atenção o fato de que atualmente, no curso de fonoaudiologia da PUC/SP, existe uma forte tendência de estudantes e profissionais da área em prestigiar a concepção da não-diretividade na coleta de dados para a investigação sobre os problemas de linguagem.

Se nos ativermos ao início da formação do fonoaudiólogo, em sua familiaridade com certas disciplinas da formação médica, observaremos o desenvolvimento de uma lógica regida pelo método explicativo causal, utilizado pelas ciências naturais. Tal método propõe a procura constante de uma relação causa-efeito entre os fenômenos, entre o antecedente e o conseqüente. Esta diretriz norteou e norteia o pensamento do fonoaudiólogo-clínico, consolidando-se em sua atuação junto aos sujeitos que procuram os seus cuidados.

Esta atitude, baseando-se numa orientação mecanicista, vem sendo bastante criticada por despojar o sujeito daquilo que lhe dá justamente a característica humana, a sua individualidade.

Focalizando o sujeito sob o ponto de vista das chamadas ciências do homem, as ciências culturais, o fonoaudiólogo, hoje, pode orientar suas pesquisas do ponto de vista compreensivo. Isto é, organizar a partir do discurso apresentado (discurso aqui não se refere à manifestação verbal mas ao conjunto de manifestações produzidas) cada elemento, procurando situá-lo no sentido de vida deste sujeito. Ele busca o significado de cada informe dentro da trajetória de vida do sujeito, com todos os seus valores, sua visão de mundo, seu modo de vida, sua história.

Não podemos esquecer, no entanto, que, como sujeito, o fonoaudiólogo compartilha valores e posições existentes na sociedade e que isso reflete no seu trabalho.

Com a recusa em estabelecer qualquer relação mecânica e imediata dos aspectos valorizados pelo profissional, numa perspectiva do tipo explicativo-causal, espera-se muito mais que o profissional possa ter referências para a reflexão que deve fazer sobre o objeto de seu estudo do que a aplicação de soluções generalizadas para os problemas sobre os quais trabalha.

Neste sentido, tenho observado que, muitas vezes, o encaminhamento das questões que permeiam as discussões sobre a construção do texto da história de vida acaba por reduzir o conhecimento dos problemas metodológicos da investigação que se pretende realizar a uma questão de simples escolha de técnica de coleta de dados. Assim, a escolha de uma ou outra técnica indica e explicita a metodologia da pesquisa com a qual e sobre a qual o fonoaudiólogo pretende trabalhar na tentativa de compreender os problemas de linguagem e de sua gênese.

A escolha de uma ou de outra técnica (entrevista diretiva/não-diretiva) é o resultado de reflexões feitas no sentido de encontrar uma melhor forma de realizar aquilo que se tem por fim.

Pode acontecer de essa escolha não ser resultado de reflexão, mas atividade habitualmente concebida, tal como boa parte das ações rotineiras ao nosso cotidiano.

Esta escolha, pela técnica da não-diretividade, é justificada muitas vezes como tentativa de mudança no relacionamento entre entrevistador e entrevistado, possibilitando relatos fragmentados sobre as questões previamente concebidas como possibilidade de explicações causais do problema. No entanto, de modo equívoco, esta escola muitas vezes aparece de forma dicotomizada método/técnica, induzindo mais uma vez à preponderância da técnica sobre o método ou mesmo induzindo a procedimentos que transformam o método em técnica.

Metodologia engloba o conceito de métodos e técnicas. Um e outro estão intimamente relacionados, entrecruzam-se e se imbricam numa mesma função. O método, enquanto conjunto de conhecimentos, pressupõe uma trajetória teórica, um caminho lógico fundamentado numa visão de mundo. A técnica, por sua vez, é um conjunto de instrumentos usados para levantar os informes empíricos.

Um projeto que se propõe à transformação de uma dada realidade social não pode prescindir de uma visão da sociedade que se tem e da que se quer ter, do mesmo modo que a concepção que orienta o momento de elaboração do conhecimento exige técnicas, mas sobretudo metodologia.

A fonoaudiologia, como instituição social, tem definido sua função na perspectiva de auxiliar a superação dos ditos problemas de linguagem.

Nossa sociedade tem exigido que, cada vez mais, os profissionais se especializem na aplicação dos métodos científicos. Orientados a crer na eficiência destes métodos, sua ação profissional tem sido limitada a uma sistemática pedagógica, isto é, aquela de conhecer e aplicar métodos (muitas vezes simplesmente técnicas), procedimentos e habilidades necessários à consecução dos seus fins sociais.

A direção e organização dadas aos seus procedimentos revelam a visão técnico-institucional. O profissional reproduz formas de controle social, sendo que este controle conforma-se muito mais à conservação do que à emancipação social dos indivíduos.

Assim, o profissional relaciona-se com o seu trabalho através da mediação de um discurso tecnológico, relaciona-se com a família e com a criança por meio de um discurso pedagógico.

Neste sentido, ao tentar reconstruir um texto da história da criança, de sua vida, de seus problemas, é levado muitas vezes a transformá-lo na história de um objeto científico.

As diferentes áreas que tratam dos temas relacionados à constituição da linguagem (lingüística, psicologia, psicanálise, medicina...) oferecem elementos para análise desta história. Entretanto, dentro de cada uma destas áreas, a explicação do problema depende da metodologia empregada. Por isso a utilização dos conhecimentos obtidos em cada uma destas áreas não pode estar desvinculada do modo como este conhecimento foi produzido, suas concepções de sociedade, homem, linguagem etc.

A ausência de uma metodologia definida acarreta, na maioria das vezes, a utilização de vários aspectos, de vários métodos. Transformam a pesquisa da história de vida em um somatório de dados que, quando muito, se prestam à formatização das relações existentes entre os mesmos, mascaradas muitas vezes sob o signo da interdisciplinaridade.

Quando iniciei as reflexões sobre o objeto de minha preocupação neste artigo – a escolha da técnica de entrevista –, inicialmente formulei as seguintes perguntas para o estudo da questão:

– Ao recusar um modo de se entrevistar, o profissional estaria fazendo uma escolha metodológica?

– Numa entrevista-diretiva na qual os temas estão elencados previamente, estaria implícita ou explícita uma visão metodológica de análise da história?

Para responder a estas perguntas, decidi observar formulários que orientam os registros de dados a serem obtidos na entrevista, objetivando verificar a possibilidade de encontrar alguma orientação metodológica.

Utilizei um formulário elaborado por profissionais que trabalham numa instituição especializada no atendimento de pessoas com distúrbios da comunicação. Sua elaboração decorreu da necessidade de padronizar o registro de dados, facilitando o conhecimento de fatos considerados explicativos da problemática apresentada.

Composto por quatro partes, o formulário obedece às normas que orientam a anamnese médica.

1. Dados de identificação pessoal

Nome...

Data de nascimento...

Sexo...

Escolaridade...

Filiação... Idade...

Profissão dos pais... Grau de instrução...

Renda familiar...

2. Queixa ou motivo pelo qual os pais ou a pessoa procuraram a Instituição

– quem indicou a Instituição

– dados sobre os procedimentos realizados a partir da constatação do problema: exames, tratamentos, procedimentos

3. Levantamento de antecedentes pessoais: gestação, parto, amamentação, desenvolvimento: físico

motor

emocional

linguagem

4. Dados relacionados à vida atual:

– dinâmica familiar

– relacionamento

– rotina diária

– etc.

A justificativa que se possa dar à coleta de dados pessoais, desta forma, segue mais a argumentação burocrática que orienta a organização de uma instituição, uma vez que a identificação de uma pessoa é algo que se faz através da observação de seu modo de pensar, sentir e agir.

As perguntas que se referem às condições sócio-econômicas, renda familiar, profissão dos pais etc. poderiam auxiliar a delimitação mais específica do problema? Teriam o objetivo de informar sobre a classe social a que o entrevistado pertence? Estabelecer o nível econômico em relação ao consumo? Status?

Poder-se-ia supor que estas perguntas refletem a preocupação de estabelecer conteúdos que possam informar as condições sobre as quais a criança se desenvolve. Entretanto, abordar uma realidade tomando genericamente o dado econômico como determinante de vida é adotar uma posição que não abre espaço para pensar nas possibilidades que o sujeito tem de agir sobre estas determinações.

As condições financeiras da família podem revelar dados sobre alguns aspectos qualitativos de vida no que se refere a bens materiais; entretanto, esta qualidade não é determinada apenas pelas possibilidades de acesso.

Do mesmo modo, a constatação de outros fatos considerados como antecedentes pessoais, uma vez dissociados da história de vida da criança, podem não elucidar a origem do problema. Isto não significa adotar uma posição de negação de algum explicativo-causal, mas considerar a interação do processo saúde-doença.

Muitas vezes o profissional acredita que o trabalho de construir um texto da história de vida constitui-se simplesmente no ato de desenterrar fatos, esclarecer, trazer à luz dados que o tempo escondeu de modo mais ou menos profundo (Febvre, 1953). Escolhendo fatos, fabrica seu objeto.

Que consequência poder ter o ato de escolher fatos? Eis aqui uma justificativa que muitos profissionais usam para optar por um método não-diretivo.

Que direito tem o profissional de escolher este ou aquele dado atentando contra a realidade e, portanto, contra a verdade?

O silêncio sobre esta questão provoca a atitude irrefletida: o profissional não mais escolhe os dados, no entanto, não se permite nenhum fato. Mais uma vez a idéia de que os fatos compõem-se em um mosaico, dando a tecitura do texto.

Para construir um texto da história de vida há que se escolher fatos, sim, entretanto esta escolha não é arbitrária, mas pré-concebida, pois sem teoria prévia, sem teoria pré-concebida não há trabalho científico possível (Febvre, 1953).

A atribuição de significados para o problema segue caminhos bastante diversos de acordo com as concepções de saúde, linguagem, sociedade, história etc. que o profissional tem.

No formulário não há definições de conceitos que possam orientar a análise metodológica dos dados por eles encaminhados. A tentativa de compreender o porquê e para que são levantados os dados parece ser orientada pelo raciocínio explicativo-causal à medida que se procura levantar episódios entendidos com sinalização ou sintoma.

Sem amação teórica, o registro dos fatos procede de forma aditiva, não se constitui em história, torna-se apenas o somatório de dados.

Na ação do fonoaudiólogo, a orientação das investigações, muitas vezes, obedece a um caminho ditado pelas afirmações ou dúvidas que marcaram experiências anteriores. Entretanto, é necessário que a escolha refletida das perguntas esteja fundamentada na definição de alguns conceitos que esclareçam o modo de conduzir a pesquisa.

A questão da investigação não pode, desta forma, dissociar o que perguntar, do por que e para que perguntar.

Mais que constatar ou reconhecer um problema através de suas causas, o fonoaudiólogo deve buscar a explicação histórica de cada fato.

Ao abordar os temas relacionados à vida pregressa da criança o formulário não faz referência ao conceito de história, a não ser encaminhando o registro de acontecimentos que marcaram determinadas fases da vida desta criança (parto, 1º ano de vida, desenvolvimento...) como se a reorganização da realidade pudesse ser reconstituída de forma igual para qualquer pessoa, em qualquer lugar ou momento.

Vale dizer ainda que a "compreensão" não se baseia em avaliações padronizadas de características comportamentais de crianças que vivem em contexto de vida diferente.

O formulário, ao encaminhar o estudo do problema tomando como base o elenco de comportamento caracterizado pela alteração do considerado normal, pode estabelecer assim a questão do conceito de normalidade.



O anormal, definido em função de comportamentos desviantes, está sujeito aos parâmetros da subjetividade dos observadores, em última análise, por limites impostos pelas condições de vida de cada pessoa.

As patologias apresentam na formação de suas concepções a história da divergência sobre o modo de explicá-las. As definições conceituais, classificações, descrições de sua origem têm sido estabelecidas de forma arbitrária em um modelo explicativo, médico ou psicológico, sem o esclarecimento dos determinantes históricos que envolvem o seu processo.

Refiro-me à série ininterrupta de interações da criança com os outros, com o mundo, com ela própria e com sua linguagem. Não se trata apenas do modo como seus familiares encaram a vida e seus problemas, como buscam solucioná-los, mas das vivências específicas desta criança em relação a toda uma série de situações nas quais valores e posições vão se constituindo e situando-os no sentido de vida.

Para finalizar, a meu ver a utilização de procedimentos técnicos diferentes não modifica em nada o tratamento que se dá ao conhecimento quando não estimula e incentiva uma maior compreensão sobre os mecanismos que explicam as características e a dinâmica de uma realidade.

A compreensão de um "problema" e sua delimitação são questões que se referem à produção de sentidos, isto é, o profissional dá significados aos dados que recebe como informações.

Ao dar significados ele não o faz abstratamente, mas de acordo com o que leu ou ouviu dizer sobre o problema.

Podemos dizer então que este profissional participa de um processo sócio-histórico que o leva a atribuir significado aos dados que recebe, e esta produção de significados se faz de um lugar e com uma direção histórica determinada.

Podemos dizer também que a compreensão de um problema de linguagem é determinada pelo modo como o profissional conduz a leitura dos dados.

Neste sentido, vale dizer que, muitas vezes, a transparência que determinados dados apresentam, na evidenciação de um problema,

são decorrentes de mecanismos ideológicos. O mais grave não são os mecanismos ideológicos, mas não saber que são ideológicos – a relação entre história e natureza, muitas vezes tem levado a acreditar que é natural algo ideologicamente arquitetado.

Desta forma, acredito que, ao buscar a compreensão dos problemas de linguagem, através da elaboração de um texto da história, se faz necessário conhecer os mecanismos que atuam nos processos da produção dos sentidos que são dados às ditas patologias, uma vez que estes são historicamente determinados.

### **Referências Bibliográficas**

BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Publicação Europa-América.

FEBVRE, Lucien. Febvre contra a história historizante. In: L. Febvre: *História 1978*. São Paulo, Ática, 1947.

HIRANO, Sedi. *Pesquisa social, projeto e planejamento*. São Paulo, T.A. Quieroz editora, 1979.